

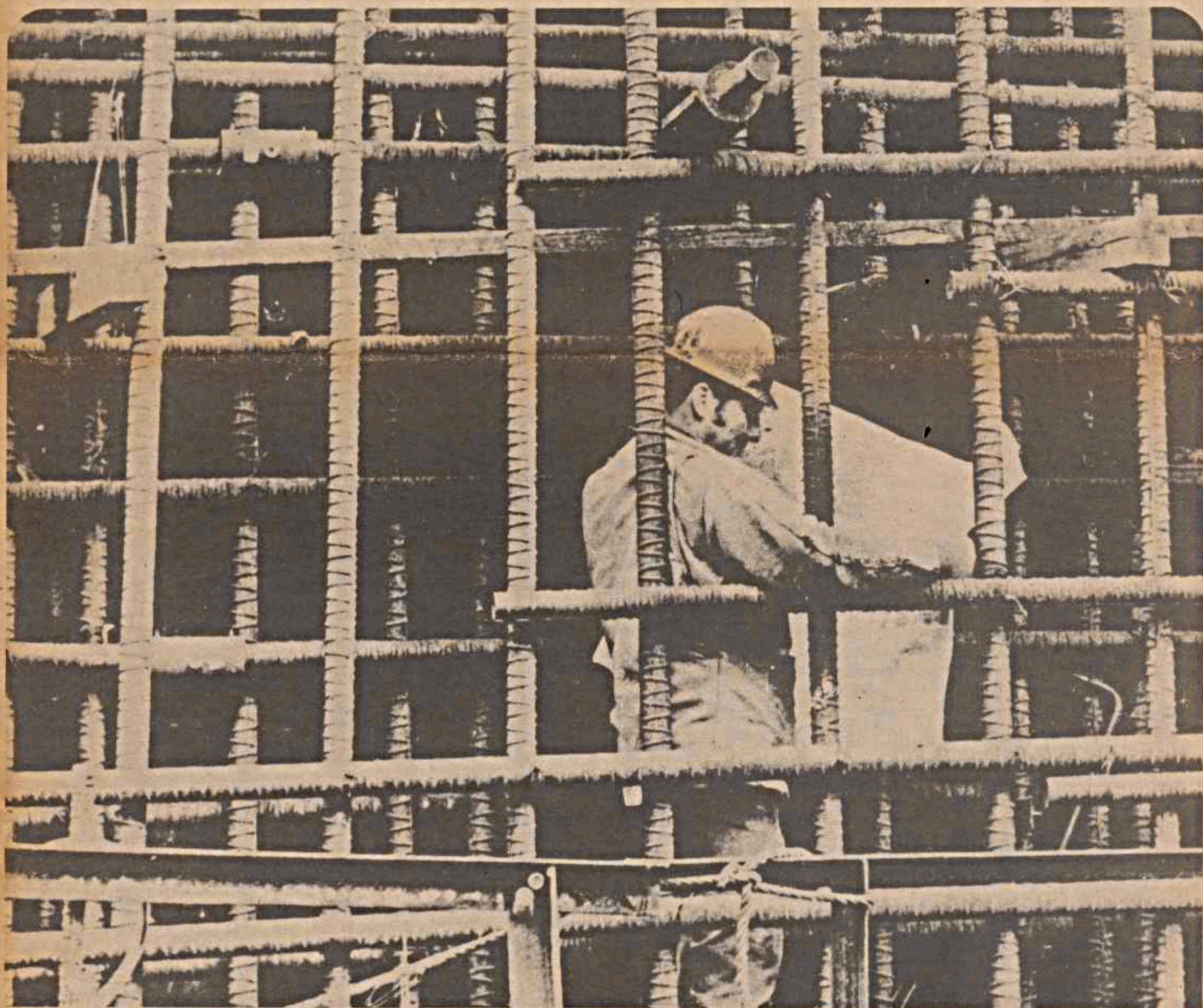


# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO  
DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO I — QUARTA SÉRIE — N.º 7  
4 DE JANEIRO DE 1975 — QUINZENÁRIO — 4500

## ONDE ESTÁS, LIBERDADE?



48 anos de tirania bastaram! O 25 de Abril quebrou as algemas e proclamou a Liberdade! Só por isso teve a imediata e entusiástica adesão do povo. Não há Revolução sem Liberdade, e qualquer atentado à Liberdade é a morte da Revolução. Como há-de o povo saber o que quer e exprimir o que quer quando não goza de plena Liberdade? Restringi-la? Regulamentá-la? É um plano inclinado que conduz a todos os atropelos, e às tiranias declaradas ou encobertas. Estão-se a cometer alguns atentados à Liberdade. A Revolução, assim, está em perigo. Nenhum processo verdadeiramente revolucionário suporta quaisquer restrições liber-

ticidas. Pois elas são a sua negação, com bem nefastas consequências: o desânimo, a desilusão, o abandono, o desinteresse, quando não a revolta. O povo assim sente-se mais uma vez logrado, e perde o entusiasmo criador capaz de transcender nos grandes momentos históricos. É para isso que caminhamos com a lei sindical, depois da lei da greve e doutras leis que limitam, ou regulamentam, ou anulam o exercício da Liberdade que supúnhamos ter conquistado finalmente? Péssimo caminho escolhido e por demais já trilhado em anteriores e eloquentemente trágicas experiências...

# SINDICATOS & PARTIDOS

No contexto dos nossos artigos sobre sindicalismo de tipo soviético, expusemos as posições do partido bolchevista quando da revolução de 1917, os princípios que regem o sindicalismo na União Soviética e enfim as bases ideológicas do sindicalismo como o entendem os bolchevistas, o que aclara a evolução da concepção sindical, do leninismo ao estalinismo.

Hoje em dia os trotskistas, preconizando o regresso ao bolchevismo, afirmam constituir uma alternativa ao estalinismo o qual crêem poder combater com os métodos preconizados por Lênine. O objectivo deste artigo é tentar ver se o trotskismo constitui verdadeiramente uma alternativa revolucionária ao reformismo sindical e à burocracia estalinista.

Terminava a guerra civil quando em 1920 Trotsky escreveu «Terrorismo e Comunismo», onde expunha as suas concepções sobre a organização do trabalho.

«A terrível pressão da guerra enfraquece. As necessidades e as tarefas económicas chamam a nossa atenção cada vez mais. A história conduz-nos directamente à nossa tarefa principal: a organização do trabalho em novas bases sociais. No fundo a organização do trabalho constitui a organização da nova sociedade, uma vez que toda e qualquer sociedade repousa na organização do trabalho.»

Vejamos como Trotsky concebia a organização da «nova sociedade» sobre novas bases sociais.

## TRABALHO OBRIGATORIO

A chave da economia, diz Trotsky, é a mão-de-obra. É pois preciso recensá-la, mobilizá-la, utilizá-la produtivamente. Esta questão da mão-de-obra é tanto mais importante quanto mais a economia, a maquinaria, os meios de produção estão num estado catastrófico após a guerra. Dada a ausência de mercado, a desvalorização do dinheiro, o desaparecimento do lucro, isto é, os estimulantes habituais do capitalismo que incitavam os operários e camponeses a trabalhar, o único meio do Estado conseguir mão-de-obra é o trabalho obrigatório.

«A única solução eficaz das dificuldades económicas consiste, tanto teórica como praticamente, em considerar toda a população do país como um reservatório, quase inesgotável, de força de trabalho, e em organizar, segundo uma ordem rigorosamente estabelecida, o seu recenseamento, mobilização e utilização.»

Para organizar este trabalho obrigatório é preciso reforçar as medidas administrativas e organizadoras, isto é, a centralização das decisões. Sabe-se que quanto mais se reforçam as cúpulas mais se pede às bases para nelas depositarem confiança. Por isso é também necessário «que os trabalhadores se convençam de facto que a

Estado que escapa a todo o controlo dos trabalhadores torna-se um instrumento de exploração mais perfeito que tudo o que a burguesia possa ter inventado.

«O trabalho obrigatório seria impossível sem a aplicação — em certa medida — dos métodos de militarização do trabalho.»



«Lançaram palavras de ordem perigosas... Colocaram acima do Partido o direito dos operários elegerem os seus representantes. Como se o Partido não tivesse o direito de afirmar a sua ditadura, mesmo que esta entivesse em conflito temporário com os humores variáveis da democracia operária!»

(Discurso contra a Oposição Operária - X Congresso do P.C. 1921)

sua mão-de-obra é utilizada com previsão e parcimónia e que não se despande em vão.»

## A MILITARIZAÇÃO DO TRABALHO

Aos que se opoem à obrigação do trabalho, e que por consequência preconizam a «liberdade» do trabalho, Trotsky responde muito justamente que: «Esta ideia foi formulada pelos ideólogos progressistas da burguesia na sua luta contra a coacção do trabalho, isto é, contra a servidão dos camponeses e o trabalho regulamentado dos artesãos. A liberdade reduzia-se a uma ficção jurídica com base na livre compra do salarido.»

Nenhum socialista se pode opor ao princípio da obrigação do trabalho, no sentido de que quem não trabalha não come. Esta medida de coacção é essencialmente destinada aos parasitas, burgueses e toda a espécie de rendeiros que vivem do trabalho alheio. Mas logo que esta obrigação do trabalho está organizada por um gabinete central, ao serviço de um

«É vão supor a substituição duma economia capitalista por uma economia socialista, sem as formas de coerção governamental que são a essência da militarização do trabalho.»

«Nenhuma organização social, excepto o exército, se achou no direito de subordinar tão completamente os cidadãos, de os dominar tão totalmente à sua vontade, como o fez o governo da ditadura proletária.»

«O governo operário considera-se no direito de enviar qualquer trabalhador para onde o seu trabalho seja necessário.»

O problema posto por Trotsky é verdadeiro: em pleno período de transição, depois do desastre da guerra civil, «a questão de vida ou de morte na Rússia soviética decide-se na frente do trabalho.» O anarco-sindicalista Pestana falava também na «disciplina de aço que o sindicato impõe.» Circunstâncias dramáticas impõem soluções firmes. Mas se é verdade que «a organização do trabalho constitui a organização da nova sociedade» e que qualquer sociedade assenta sobre a organização do trabalho, pode-se

dizer que os métodos preconizados por Trotsky são incompatíveis com a manutenção duma revolução proletária. Nestas condições eles arrastam-nos para longe na história; os servos do Estado sob Catarina II, os fellahs do Egipto antigo e os camponeses do Peru inca!

«Sem a obrigação do trabalho, sem o direito a dar ordens

os agitadores mais notados, os militantes revolucionários, e, na nossa época, os comandantes e os comissários mais bravos e capazes.»

«...É preciso coagir os maus operários a terem vergonha de não estar à altura da sua tarefa.»

O regime de trabalho à peça sob o regime capitalista ou sob o da pretensa ditadura do proletariado não é a mesma coisa, pelo menos é o que Trotsky nos explica na seguinte passagem:

«Sob o regime capitalista, o trabalho à peça ou de empreitada, o pôr em prática do sistema Taylor, etc., tinha por fim explorar os operários e retirá-lhes a mais-valia. Após a socialização da produção, o trabalho à peça ou por empreitada tem por fim um aumento da produção socialista e por conseguinte do bem-estar comum. Os trabalhadores que mais concorrem para o bem-estar comum adquirem o direito de receber uma parte do produto social maior que os indolentes e desorganizados.»

Não é Estaline que fala em «Os princípios do leninismo», mas sim Trotsky.

e exigir a sua execução, os sindicatos perdem a sua substância, visto serem necessários ao Estado socialista em edificação, não com o fim de lutar por melhores condições de trabalho — o que compete ao conjunto da organização social governamental — mas com o fim de organizar a classe operária para a produção, a fim de a disciplinar, de a repartir, de a educar, de fixar certas categorias e certos operários ao seu posto por um espaço de tempo determinado, com vista, numa palavra, a incorporar autoritariamente e em pleno acordo com o poder, os trabalhadores nos quadros do plano económico único.»

## ESTIMULANTES

Trotsky propõe diferentes métodos para aumentar a produtividade. Os sindicatos devem educar os trabalhadores. São utilizados diversos estimulantes:

«Um bom engenheiro, um bom mecânico, um bom reparador, devem ter, na Rússia soviética, tanta celebridade e glória como tinham noutros tempos

No livro que escreveu em 1920, Trotsky de certo modo desenvolveu o programa que preconizava e que paradoxalmente (?) Estaline retomou, por falta de imaginação (fora da organização da G. P. U. \*). Os problemas postos tinham fundamentos reais — a situação económica da Rússia era, na época, catastrófica. Não se trata portanto de negligenciar este aspecto da questão, e Trotsky tinha, pelo menos, o mérito da lucidez. Entretanto, pareceu-nos interessante expor as posições de um líder da revolução numa época em que ainda podia influenciar o desenrolar dos acontecimentos. Em nenhuma passagem do seu livro temos a impressão de ter havido uma revolução proletária, isto é, que os trabalhadores tenham podido decidir do seu próprio destino. Num próximo artigo retomaremos a evolução do pensamento político de Trotsky depois de ter sido expulso da cena política russa.

\* G.P.U. — Polícia política soviética.

Director

EMÍDIO SANTANA

Propriedade da

COOPERATIVA EDITORA A BATALHA

Redacção e Administração

Rua Angelina Vidal, 17-2.º Esq.

LISBOA

Composição e Impressão

Empresa do Jornal do Comércio, S.A.R.L.

Distribuição: Agência Portuguesa de Revistas

Rua Saraiva de Carvalho, 207

## CONDIÇÕES DE ASSINATURA

As assinaturas serão pagas, por vale do correio, cheque ou por moeda corrente, sendo os vales nominais dirigidos a

Cooperativa Editorial A BATALHA

Para Portugal e Ilhas Adjacentes:

10 números ..... 35\$00

20 números ..... 70\$00

Para o Estrangeiro:

10 números ..... 50\$00

20 números ..... 100\$00

Assinatura de apoio anual 150\$00

## A BATALHA

Trabalhador, amigo de A Batalha!

No local de trabalho, no teu sindicato, onde vives, organiza grupos de amigos de A Batalha, que trabalhem pela sua difusão e propagação.

Arranja novos assinantes, e novos sócios para a Cooperativa Editorial A Batalha.

Dirigir tudo para a nossa sede: Rua Angelina Vidal, 17-2.º E.

A BATALHA

# TEMOS DE VENCER A CRISE SINDICAL

Herdámos do salazarismo sindicatos deformados, sem radiação nos locais de trabalho e nos trabalhadores que representam, e que intencionalmente pulverizavam os mesmos trabalhadores ligados numa mesma indústria ou empresa por actividades interligadas. E são exactamente os mesmos sindicatos, com os seus entorses e limitações, que ainda se mantêm, apenas aparentando serem a base de uma democracia.

Nenhuma acção de reestruturação, nenhuma base de estudo foi apresentada pelos sindicatos aos seus sindicalizados, propondo-lhes novas estruturas e como apreendê-las sem cindir a vida sindical.

Porquê? É indispensável dizer porque, doa a quem doer!

Aquele inolvidável 1.º de Maio começou por ser a grande afirmação do poder sindical, a sua libertação, e com esta a sua união. Todos os sindicatos, errados e deformados nas suas estruturas, se juntaram, confraternizaram e vincaram as suas reivindicações, a primeira das quais era a sua liberdade, que era a afirmação da sua capacidade e da sua missão numa sociedade caduca que começava a experimentar um processo revolucionário. Mas o 1.º de Maio, no estádio universitário, não era o dos trabalhadores; outras entidades surgiam e ali elas falaram: os partidos políticos. Mas o 1.º de Maio era e é dos trabalhadores.

Expulsaram-se direcções servis, reconquistaram-se os sindicatos, mais as sedes, as suas máquinas burocráticas e os seus vícios. E logo apareceu uma intersindical que não se recompôs como devia: apareceram chefes, programas, ordens e leis.

Deveriam os sindicatos reestruturar-se. Começaram a ser solicitados, como foram antes, para manifestações de apoio, para aquecerem um clima político só propício à política dos partidos aparentemente ligados.

A inevitável movimentação dos trabalhadores deflagrou de fora dos sindicatos, mas na sua realidade e no seu meio, nas fábricas e nas oficinas. E quando foi preciso ocupar os locais de trabalho para deter o «lock-out» reaccionário, os trabalhadores, por si, em decisões da base, dispensaram as administrações e começaram a praticar a autogestão revolucionária.

Era lógico que os sindicatos, apesar das suas deformações orgânicas, encabeçassem essa movimentação, coordenando-a e

solidarizando-a, o que quer dizer fazer a união, mas multos, obedecendo a ordens estranhas, traíram a sua função, obedecendo a imperativos de política partidária e de conveniências de coligação inculcadas ostensivamente pela Intersindical, e vieram recriminar os trabalhadores em luta.

Seria oportuno reestruturar o movimento sindical. Pois logo se anunciou que seria preciso que fosse primeiro promulgada a lei sindical, como se sem ela nada se pudesse fazer. E quem pedia essa lei? A Intersindical.

Onde ficava a liberdade sindical? Seria o Governo que iria definir as normas da estruturação do sindicalismo, caso insólito fora dos regimes fascistas? Precisaríamos os trabalhadores que lhes ensinassem ou os enquadrassem em sindicatos, que tal deixariam de ser?

O Ministério do Trabalho umas vezes, a Intersindical outras, despacham, fixam normas e assembleias, põem e dispõem dos destinos sindicais. Deixou de haver liberdade sindical.

A lei sindical é imposta na rapidez com que se pretende promulgar. E quem tem interesse nisso? Será pelo número de telegramas de apoio, lembrando tempos recentemente passados, de assembleias mistificadas, que essa lei se tornará válida? Não, certamente.

Interessa desmistificar a alusão de que a lei preservará a unidade, a unicidade e a central única.

Primeiro basta esclarecer: em Portugal, de 1914 até 1933 houve uma central operária unida, a C. G. T. A união dos trabalhadores manifestava-se sempre nos pequenos actos como nos grandes momentos, e não havia lei sindical. Sem essa lei as velhas associações profissionais foram-se enquadrando em sindicatos de indústria, que por isso se chamavam únicos, e não houve perturbações, e os Congressos Operários, de 1914 em Tomar, 1919 em Coimbra, 1922 na Covilhã e 1925 em Santarém, foram manifestações eloquentes de união, consciencialização e maturidade sindical. Sempre sem lei.

A Intersindical e certo partido defendem a lei em termos absurdos, contraditórios e draconianos, por suporem que com essa lei subordinarão o movimento sindical. Pobre tonteria! E blasfemam contra o pluralismo sindical porque, dizem, quebra a unidade.

Nós, trabalhadores sindicalistas, repudiamos a unidade porque é a sujeição indiscutível a uma palavra de ordem estranha que serve interesses opostos; queremos a livre união dos trabalhadores, criada conscientemente por eles sem obediências estranhas; repudiamos o pluralismo porque é intenção comum a todos os partidos querer influir e orientar movimentos sindicais como bases políticas e eleitorais.

Trabalhadores! Sempre em todos os tempos fomos capazes de formar os nossos sindicatos, de estruturá-los, de uni-los entre si, de marcar grandes manifestações de união, sem necessidade de lei, sem pluralismos, sem grilhetas de unidade, sem cúpulas dirigidas, sem vanguardas que se colocam entre os sindicatos mas voltadas para as chamadas cadeiras dos parlamentos e os «fauteuils» ministeriais.

Liberdade sindical!



## OS TRABALHADORES REAGEM CONTRA A LEI SINDICAL

Uma lei sindical é antes de tudo um diploma que diz directamente respeito aos trabalhadores e não se compreendia que fosse elaborada, e promulgada, sem que os trabalhadores dela tomassem conhecimento e sobre ela se pronunciassem, como aliás esteve para acontecer. Por isso vários sindicatos lutaram insistentemente para que o projecto proposto pelo Governo não se tornasse lei antes que os interessados o pudessem apreciar e discutir. Por muito estranho que pareça, a Intersindical recusou-se a participar nesta luta!... Nela intervieram sobretudo os Sindicatos dos Motoristas do Distrito de Setúbal; Armazéns do Distrito do Porto; Trabalhadores Electricistas do Centro; Contínuos, Porteiros e Profissões Similares; Artes Gráficas do Distrito de Lisboa; Operários da Indústria Química do Distrito de Lisboa; Operários de Ourives, Relojeiros e Oficinas Correlativas do Distrito de Lisboa; Lanifícios e Vestuários do Sul; Revisores de Imprensa de Lisboa; Operários da Indústria Química do Distrito do Porto; Escritórios do Distrito de Setú-

bal e União dos Sindicatos do Mar, os quais, por assim dizer, forçaram a divulgação e o debate do projecto do decreto-lei das associações sindicais, que doutra forma decerto não se faria.

Isso permitiu, pelo menos e desde já, a desmistificação de certos mentores da classe operária e ao mesmo tempo a confirmação do permanente propósito das classes dominantes de procurarem sempre servir-se e não de servir os trabalhadores. Aliás estes tinham disso uma bem recente e elucidativa experiência na lei que regulamentou o direito à greve. Na realidade, uma não é mais do que o complemento da outra. E são idênticos os seus intentos: extinguir ou anular toda a acção sindical que não seja mera burocracia, e mesmo esta de tal forma regulamentada, espartilhada e sujeita a tão severo controlo que quase nos faz lembrar os tempos ignominiosos do corporativismo.

A reacção dos trabalhadores conscientes e não enfeudados a interesses estranhos aos dos próprios trabalhadores só podia ser uma: rejeitar pura e

simplesmente mais este verdadeiro atentado à liberdade, em nome da qual triunfou a revolução de 25 de Abril.

Exemplo bem expressivo de uma tomada de posição firme e coerente em defesa da liberdade sindical deram-no os trabalhadores do Sindicato Nacional dos Oficiais de Ourives, Relojeiros e Oficinas Correlativas do Distrito de Lisboa, que em três assembleias gerais sucessivas, efectuadas em 21 e 30 de Novembro e em 5 de Dezembro, tomaram conhecimento e analisaram o projecto governamental, rejeitando-o por reflectir «a intenção e pretensão de regular e interferir na vida de organizações intrinsecamente autónomas»; apreciaram depois a infeliz segunda versão do mesmo projecto, proposta pela Intersindical, que foi considerada «uma torpe maquinação, uma autêntica fraude aos direitos inalienáveis de todos aqueles que para viverem necessitam de vender a sua força de trabalho, intelectual ou manual», e concluíram contrapondo a esses dois documentos um claro e inequívoco «conjunto de princípios que uma verdadeira lei sindical deve salvaguardar».

Na primeira das três assembleias gerais, os Oficiais de Ourives, Relojeiros e Oficinas Correlativas do Distrito de Lisboa, depois de tomarem conhecimento do projecto governamental, procederam à sua análise crítica, tendo observado que «esta lei sindical melhor deveria ser chamada lei anti-sindical, uma vez que é «contra e não a favor dos interesses das camadas da população mais desfavorecidas, com a agravante de criar nessas camadas a ilusão de que serve os seus interesses». Em face das conclusões tiradas nesta análise, que nem chegou a ser exaustiva, a assembleia aprovou a seguinte moção:

Considerando os trabalhadores filiados no Sindicato Nacional dos Oficiais de Ourives, Relojeiros e Oficinas

(Continua na página 4)

## CASO INSÓLITO: A INTERSINDICAL QUE EXPLIQUE

Num despacho do Ministro do Trabalho diz-se: «Considerando que a situação existente quanto ao processo de fusão, ou integração dos Sindicatos dos Químicos e dos Plásticos de Lisboa se apresenta confusa, com queixas das duas partes interessadas. Considerando que se torna necessário esclarecer definitivamente aquela situação, e sendo certo que não tem sido possível encontrar uma forma de acordo. Determino que no próximo dia 22 de Dezembro pelas 14 horas se realize uma assembleia do Sindicato dos Operários das Indústrias de Transformação de Matérias Plásticas e Produtos Similares do Distrito de Lisboa a fim de ser tomada uma posição definitiva sobre se

se realiza ou não a fusão ou integração, com o Sindicato dos Químicos.

A assembleia será presidida por elementos das Forças Armadas...!

Tal despacho não tem justificação porque atenta contra a liberdade sindical, porque subalterniza uma classe à dependência de entidades exteriores e tutela-a como incapaz de decidir os seus problemas por si e pelos seus próprios meios.

É triste! Nunca tal sucedeu. A interferência do Ministério do Trabalho sucede constantemente nos assuntos sindicais como outrora; mas outrora nós sabíamos que não havia liberdade sindical.

O problema da fusão desses

Sindicatos deve ser decidida pelos seus componentes, senão à primeira, à segunda, à décima vez, mas só eles, conscientes da sua responsabilidade e com decidido espírito de união. Aliás, se não fora as influências estranhas com a etiqueta unitária mas desfazendo a união, talvez o assunto estivesse resolvido, ou resolvia-se fosse como fosse.

Não cabe às Forças Armadas essa missão. A sua presença, mesmo se bem intencionada, é sempre uma sanção e uma intromissão quando afinal as mesmas F. A. dizem que restabeleceram a liberdade sindical neste caso interdita.

É esta a liberdade sindical? Que diz a isto a Intersindical

que se arroja a cúpula dos sindicatos? Não foi competente para sanar o caso, talvez por que outras razões?

### MESA-REDONDA SOBRE O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

CASCAIS (Fontainhas) — No Grupo Desportivo e Recreativo das Fontainhas, têm vindo a realizar-se uma série de mesas-redondas com a participação de grupos políticos.

No dia 14 de Dezembro, o tema em debate foi «Aumento do Custo de Vida» — neste debate onde se registou alguma afluência de moradores da povoação do concelho de Cascais, estiveram presentes representantes da L.C.I., do M.E.S. e do Movimento Libretário Português.

## A GREVE DOS RURAIS DE ÉVORA EM 1912

O advento do regime republicano em 1910 não modificou apreciavelmente as estruturas sócio-económicas nacionais. No Alentejo subsistiam inalterados os antagonismos entre latifundiários e proletariado rural. O desrespeito, pelos lavradores de Évora, das tabelas de salários em que haviam acordado pouco tempo antes levou os trabalhadores a apresentar queixa ao governador civil, Paulino de Andrade. Prometeu este regularizar a situação, mas não só o não fez como nem sequer o tentou, ao que parece. Ao cabo de três meses de espera decidiram os operários agrícolas entrar em greve, após notificação do facto à autoridade, em conformidade com os preceitos legais recentemente estabelecidos. A despeito desta actuação estritamente legalista, o governador civil ordenou o encerramento do Sindicato dos Trabalhadores rurais e ameaçou com a mesma sorte as associações de classe do distrito caso viessem a ceder as suas instalações aos rurais para efeitos de reunião.

Os grevistas viram-se assim obrigados a reunir no campo e imediatamente se iniciaram as prisões dos militantes mais activos ou notórios, entre os quais Inocêncio Vermelho, Artur No-

gueira, Manuel Tomás e José Martins, que pronto foram enviados para Lisboa. Tais factos motivaram uma reunião magna de todas as associações operárias da cidade e distrito de Évora na sede do Sindicato dos Corticeiros. As 2 horas da madrugada de 13 de Janeiro foi proclamada a greve geral de solidariedade, afectando mais de 20 000 trabalhadores. O governador civil respondeu com o encerramento de todos os Sindicatos, com o controlo de entradas e saídas da cidade por forças da G. N. R., patrulhamento de ruas e campos por cavalaria da Guarda e mais prisões — cerca de cinquenta. A força pública carregou sobre os grevistas, provocando um morto e vários feridos.

Uma onda de indignação popular alastrou pelo País e em 19 de Janeiro uma comissão operária de 17 delegados, constituída em Lisboa com representantes de todas as Associações e Federações de Lisboa, dos trabalhadores rurais e dos corticeiros e descarregadores do Barreiro, protestou junto do ministro do Interior. Diante das evasivas e contradições ministeriais é proclamada em Lisboa, a 28, uma greve geral de solidariedade que se estende a outras



localidades, nomeadamente Setúbal, Montijo e Moita. Nesta última vila o administrador do concelho foi morto pela multidão em revolta. Lisboa esteve quase paralisada nos dias 29 e 30. O Governo, alarmado, ordenou a reabertura dos sindicatos encerrados, decisão que não foi cumprida. Constituiu-se então uma comissão composta por delegados da União de Sindicatos e de ferroviários da CP, que, com o assentimento e despesas pagas pelo Governo, se dirigiu a Évora para estudar a situação. Desta cidade telegrafaram a comunicar a reabertura das Associações, comunicação que foi recebida às 22 horas do dia 30, na Casa Sindical, por muitos militantes que aí se encontravam aguardando notícias. Confirmada telefonicamente pelo sindicato dos ferroviários a reabertura

das Associações de Évora e a libertação dos grevistas presos, foi logo decidido pôr termo à greve e uma comissão de três membros partiu para o Ministério, a fim de o informar desta decisão.

Curiosamente, esta delegação foi presa, a despeito de declarar os fins a que ia, e a Casa Sindical, que se encontrava cercada por forças militares compreendendo artilharia, foi mandada evacuar, sendo presos todos os seus ocupantes; 700 a 800 pessoas, das quais uma vintena do sexo feminino. O Governo decretara nessa mesma noite a suspensão das garantias e encarregara o coronel Sá Cardoso do dispositivo militar repressivo.

Os detidos evacuaram a Casa Sindical por levadas sucessivas, a partir das 4 horas da manhã,

sendo conduzidos entre soldados da G. N. R. de espingardas carregadas para os calabouços do Governo Civil (as mulheres) e para o Arsenal. Daqui embarcaram na fragata «Pero de Alenquer». Neste navio, que não reunia condições para alojar 100 pessoas, estiveram detidas cerca de 500 durante 15 dias. Parte dos presos transitou da «Pero de Alenquer» para a Penitenciária e Limoeiro, onde alguns militantes mais conhecidos permaneceram para além de 100 dias.

O governo e a imprensa que lhe era afecta caluniaram os grevistas por diversos modos, atribuindo o movimento a manobras da reacção e a conluio com os conspiradores monárquicos. A Casa Sindical foi depois transferida para a Rua dos Prazeres, n.º 39.

## OS TRABALHADORES REAGEM CONTRA A LEI SINDICAL

(Continuação da página 3)

*Correlativos do Distrito de Lisboa, reunidos em Assembleia Geral no dia 21 de Novembro de 1974, de cuja Ordem de Trabalhos consta como segundo ponto «a apreciação do projecto-lei sobre associações sindicais elaborado e apresentado pelo Governo Provisório», que a organização sindical diz única e exclusivamente respeito aos trabalhadores;*

*Considerando que a apresentação de um projecto-lei sobre associações sindicais por parte do Governo Provisório não só reflecte a intenção e pretensão de regular e interferir através da lei na vida de organizações intrinsecamente autónomas, como constitui um abuso e uma prepotência sobre os mais elementares direitos dos trabalhadores;*

*Os trabalhadores representados por este Sindicato rejeitam liminarmente a admissão para discussão do projecto-lei sobre associações sindicais elaborado e apresentado pelo governo provisório, como exigem que seja imediatamente retirado.*

*É aos trabalhadores a partir das suas bases, que exclusivamente compete a regulamentação de toda a actividade sindical.*

Em 30 de Novembro nova assembleia, para o efeito convocada, debruça-se sobre o pretensamente novo projecto-lei das associações sindicais, agora apresentado pelo Secretariado da Intersindical. Foi imedia-

tamente denunciada a fraude que ele encerra: «O projecto de lei elaborado pelo Secretariado da Intersindical não é mais do que uma cópia do governamental, aperfeiçoado em aspectos secundários», pois à parte algumas alterações de pormenor, «a quase totalidade dos artigos, a esmagadora maioria deles, são uma cópia integral, exhaustiva, cansativa, linear, sófrega, do projecto governamental».

A assembleia aprovou então um requerimento para se constituir um grupo de trabalho que, tendo em conta as ideias ali expressas sobre os diplomas rejeitados, elaborasse um documento que definisse, de forma clara, os princípios que uma verdadeira lei sindical deve salvaguardar para na realidade defender os interesses dos trabalhadores. Esses princípios, discutidos e aprovados na assembleia geral de 5 de Dezembro, são os seguintes:

- 1.º Consagrar o direito inalienável dos trabalhadores se constituírem em associações sindicais para defesa dos seus interesses de classe.
- 2.º Garantir que só às associações sindicais é reconhecido o direito de livremente elaborar em os seus estatutos e regulamentos, eleger os corpos gerentes, organizar a sua gestão e actividade e formular o seu programa de acção.
- 3.º Consagrar o princípio da manutenção de relações e livre filiação em organizações internacionais de trabalhadores.

4.º Reconhecer às associações sindicais personalidade jurídica pela simples entrega dos estatutos no organismo competente no prazo máximo de quinze dias.

5.º As associações sindicais têm o direito de se constituírem em uniões e federações.

6.º Existirá apenas uma Central Sindical Única (Confederação) na qual as associações sindicais poderão ou não nela filiar-se.

7.º Garantir a impenhorabilidade dos bens das associações sindicais.

8.º Garantir a total independência e não ingerência do Governo e das entidades patronais e dos partidos políticos nas associações sindicais.

9.º Não interferência das entidades patronais na actividade de dirigentes, delegados sindicais e comissões sindicais dentro das respectivas empresas, bem como o agravamento de sanções pelo despedimento de dirigentes, delegados, e membros de comissões sindicais.

### TRABALHADORES DE VÁRIAS EMPRESAS MANIFESTAM-SE

A nível de muitas direcções sindicais, ou algumas assembleias habilmente preparadas, e convocadas à última hora, de afogadilho, é que a lei obteve inexpressivos votos de obediência. Depois o usado expediente

do telegrama, que os correios aceitam com qualquer texto ou em nome de quem quer que seja.

Onde as votações têm sido expressivas, de clara hostilidade à lei sindical é nas bases, nos locais de trabalho, afinal e infelizmente fora dos sindicatos, sindicatos compreendidos apenas como a sede e os seus dirigentes.

Registemos algumas das mais importantes.

Um grupo de operários das empresas da Lisnave, Timex, Sofrefame, Precix, Cometna, Diap, Moniz da Maia, Serra e Fortunato, etc., reunidos para analisar a situação sindical e os problemas sociopolíticos dos trabalhadores portugueses vem manifestar o seu repúdio pelo projecto governamental da lei das associações sindicais, ou qualquer outra que não se limite apenas a reconhecer o direito de associação sindical já conquistado na prática pelos trabalhadores e a garantir a liberdade de actuação dos trabalhadores em todos os níveis, na defesa dos seus interesses.

Os operários repudiam todas as tentativas de dirigismo, ou sectarismo, por entenderem que é um contributo para a divisão dos trabalhadores.

Só os trabalhadores — entendem — podem decidir dos seus interesses de classe e essa decisão só poderá ser válida depois de amplamente debatida no seio das massas trabalhadoras.

Os operários decidiram ainda: ● É urgente a aceleração da reestruturação sindical, possibilitando associações fortes e verdadeiramente representativas,

pois as associações patronais já estão consistentemente preparadas para fazer face às lutas imediatas;

● uma associação sindical verdadeiramente forte só é possível constituída por ramos de actividade ou de indústria;

● a unidade sindical só resultará pela livre vontade dos trabalhadores e nunca imposta por lei;

● os trabalhadores só atingirão verdadeira unidade sindical quando, por livre decisão das massas, constituírem uma única central sindical;

● comece-se, de imediato, a debater estes problemas em cada empresa e a organizar grupos de trabalho que, colhendo as impressões expressas pelos trabalhadores poderão conjuntamente levar por diante, na prática, tudo o que permita alcançar a força de classe pela qual os trabalhadores anseiam.

E o comunicado conclui com um apelo para a participação maciça dos trabalhadores nas associações que continuem a defender os seus interesses «mantendo sempre a independência face aos patrões, partidos políticos, correntes religiosas e ao próprio Governo».

Da «República», de 7 de Dezembro, transcrevemos:

COIMBRA — Segundo informação recebida da Figueira da Foz, 156 trabalhadores da CELBI enviaram ao ministro do Trabalho a seguinte carta:

«Os abaixo assinados, trabalhadores da CELBI apoiando a unidade sindical, não podem, no entanto, aceitar a sua imposição, por via legal.»

A BATALHA

# CAS E OFICINAS

## Lutas operárias e estudantis na Madeira

Na Madeira os trabalhadores organizam-se e fazem frente às manobras fascistas dos patrões. Assim as operárias da fábrica de bordados «Madeira Superbia» entraram em greve pela readmissão de 28 trabalhadoras despedidas. Dando mostras de uma grande consciência de classe, as trabalhadoras grevistas com a sua acção obrigaram a entidade patronal a readmitir 22 das 28 despedidas.

Também no sector da construção civil existe grande movimentação da classe, tendo-se

organizado uma manifestação a que acorreram grande número de populares. Observadores falam de cinco a seis mil o número de manifestantes.

A agitação social atinge também — como não podia deixar de acontecer — o sector estudantil: nos fins de Outubro e em virtude de não haver espaço para todos os alunos no liceu local, estes ocuparam o seminário da Diocese, que estava vago. Esta operação levantou grandes polémicas, tendo o conhecido reaccionário «Jornal da

Madeira», aproveitando-se do grande grau de despolitização das camadas mais pobres da população, especialmente os camponeses, convocado uma manifestação de apoio à posição do bispo, que não via com bons olhos que o «seu» seminário servisse para liceu. Em virtude desta manifestação formou-se uma contramanifestação, constituída por elementos progressistas da população. Do encontro entre as duas manifestações — a próbispo e a contra-manifestação — resultaram pequenos incidentes que foram resolvidos na altura. Apesar de todas estas manobras, os estudantes acabaram por ficar a ter aulas no seminário, como é lógico.

Este caso é importante pois permite notar o aproveitamento pelas forças reaccionárias dos mínimos acontecimentos (neste caso a legítima ocupação do seminário) para procurarem lançar os estratos da população trabalhadora menos esclarecida contra aquela que desenvolve no momento um processo de luta.



## A GUERRA ECONÓMICA

Embora seja conhecido e comprovada a fuga de capitais do País, com certeza somente por quem deles dispunha, governava ou tinha ao seu alcance, não é suficiente para justificar o encerramento de fábricas, despedimentos maciços e outras situações atrasando o pagamento de salários ou até restrições.

Naturalmente que os potentados do capital com as suas tradicionais forças políticas desorganizadas, enquanto manejam utilizando as que podem aproveitar numa altura em que as acrobacias políticas se praticam procurando apoios eleitorais, movem os melhores meios de que dispõe, a guerra económica.

E portanto de salientar que se os salários pouco subiram e se estabeleceram, os preços sobem sempre em especial agravando as condições de vida dos que vivem só dos salários. Assim,

a suspensão de trabalhos e às vezes do pagamento de ordenados, e o desemprego é um meio de lançar a população numa situação desesperada e confusa.

As medidas do Governo, tímidas e sem alcance agravam as condições do País e o desespero. E pior é que sempre sobre os trabalhadores recaem todas as consequências: enfrentamento de preços mais elevados, desemprego, e todos, até os partidos, «prov.denciários» responsabilizando da gravidade da situação as greves e as exigências, e em tom dialecto, a «anarquia».

Afinal, uns trapeiam, outros disfarçam e falam em eleições, mas os problemas fundamentais, esses omitem-se.

Se a ocupação das fábricas e a sua autogestão não fosse contrariada em nome de princípios jurídicos contestados, por certo que não registaríamos tantos conflitos.

## Sociedade de Construções Joaquim Francisco dos Santos

Primeira ameaça de despedimento de 50 operários. Os trabalhadores reagem, e vencem; depois despedimento de um encarregado. Novo protesto do pessoal e acabam por ocupar as instalações.

A empresa recusa trabalhos e pretende despedir.

Será como dizem desorganização de empresa? Parece ser mais evidente que em especial as empresas de construção civil que de algum modo trabalham em investimentos imobiliários oferecem uma ofensiva sabendo que influem bastante na economia do País, para forçar o Governo a abrir as portas à especulação dos solos e da construção.

Joaquim Francisco dos Santos, conhecido «pato bravo», tem recursos para aguentar-se paralisando a empresa, na esperança de obter resultados como os que estão a ser obtidos pelo J. Pimenta.

A firma está a ser objecto de estudo à sua estrutura económica, e qualquer que seja é evidente que basta a sua recusa de trabalhos para poder provar que não pode aguentar os trabalhadores.

A ofensiva é geral.

### NUTRIPOL

Outro caso típico. A comissão dos trabalhadores desta rede de supermercados conside-

ra não ser possível receberem o 13.º mês, o salário de Dezembro e o desemprego para 350 trabalhadores. A empresa declara apenas não ter meios, que já solicitou dos organismos oficiais a concessão de um empréstimo.

Mas se os preços sobem e tudo dos supermercados se vende é evidente que ou há desorganização administrativa por incompetência ou habilidade visto que, com a ameaça de desemprego se pode obter subsídios.

Pergunta a Comissão dos Trabalhadores, e muito justamente: «Devem os actuais administradores continuar a gerir uma empresa e a jogar com a vida dos trabalhadores». Claro que não! Impõe-se a autogestão do pessoal, e só neste caso seria justo o subsídio oficial para garantir as condições de continuidade e administração da empresa.

**O anarquismo  
é a mais elevada  
expressão  
da ordem**

**Santos Arranha, que foi secretário-geral da C. G. T. e director de «A Batalha», teria hoje 85 anos se a morte não o roubasse tão cedo ao convívio dos seus camaradas e amigos, pois nasceu em 3 de Janeiro de 1890. Indomável lutador, sofreu prisões e exílios nos anos negros do fascismo, mas nunca abandonou o combate e deu sempre o seu valioso contributo à organização operária. Ainda nas vésperas da sua morte, que ocorreu em 24 de Fevereiro de 1962, preparava-se para ler, numa reunião clandestina, o escrito que em sua homenagem a seguir publicamos:**

Não sou russo, chinês ou americano e só português me considero por ter nascido em Portugal e nunca em obediência a qualquer aceitação nacionalista. Fui, sou e serei sempre socialista-libertário, por teperamento e por educação, antagonista de todo e qualquer sistema social autoritário, por mais que esses se apelidem de social-democratas ou comunistas de Estado. A história demonstra-nos que o socialismo-democrata é uma burla inventada pela burguesia para seu salvatério. Assim como o comunismo de Estado, na sua historicamente curta vigência, nos deu já sobejas provas de pretender concorrer seriamente a Social-Democracia, disputando-lhe o domínio das massas populares, às quais, a pretexto duma transição, que bem pode ser secular, continua a impor a supremacia de classes — o que, inelutavelmente, implica a manutenção de corpos de defesa externa e interna, a educação seleccionada de elementos predestinados para dirigentes e todo um corolário de diferenciações resultantes do exercício do Poder por uma minoria pseudo-inteligente e pseudo-pensante sobre a grande maioria.

O comunismo russo é, pois, uma mistificação que só tem par no cristianismo católico. Não se pode ser sinceramente cristão e ao mesmo tempo poderoso e explorador da Humanidade, como não pode existir um autêntico e insólito comunismo encabeçado por chefes, mais ou menos despóticos. Mas, poderá argumentar-se: «alguns desses chefes saíram do povo, do nada... para serem tudo... Napoleão, Mussolini, Hitler e o próprio Salazar também vieram do nada e todos eles surgiram como salvadores!»

Que dizer, então, dessas outras Grandes Figuras do movimento social russo que, saídos alguns da mais

alta nobreza e podendo ser tudo, preferiram ser nada?

O conde Léon Tolstói, cujas virtudes de humanitarismo o impunham ao respeito do próprio Senhor das Rússias, ao ponto de ser considerado sagrado, salvando qualquer perseguido ou condenado, mesmo à morte, que conseguisse refugiar-se nos seus domínios;

Michel Bakunine, o grande filósofo que, podendo disputar a coroa ao próprio imperador, abandonou honrarias, riqueza e família, para abraçar a causa libertária e se lançar na luta em defesa dos humildes, o que lhe valeu ser condenado à morte;

Pierre Kropotkine, esse outro grande filósofo anarquista que, tal como Bakunine, tudo abandonou e desceu — subindo — a lutar pelos deserdados, batendo-se nas barricadas na Rússia, nas revoluções em França e onde quer que houvesse uma liberdade a defender, o que lhe valeu ser condenado à morte em vários países.

E tantos outros!... Comunismo, a palavra em si o diz, é a posse em comum de todos os bens existentes na Terra e o exercício em comum de todas as tarefas da vida a bem da comunidade.

Tudo o que assim não seja e tal se diga, como antes o afirmei, é pura mistificação.

Não será demais fazer agora um pouco de história, referindo-me ao ocorrido logo após o termo da primeira guerra mundial, especialmente conhecido dos homens de mais de 50 anos, que então viveram os acontecimentos:

Estávamos em fins de 1918. Tinham-se assinado o armistício e, mais do que a simples derrota dos impérios centrais, o ambiente geral era de derrocada para a burguesia internacional. A impressão geral era a de que das trincheiras saíra o germe da revolução libertadora e, nas retaguardas, as massas populares, saturadas de sofrimento e de horror, pareciam dispostas a fazer a guerra à guerra, tomando conta dos seus destinos. Nos últimos meses da guerra, nas próprias trincheiras, deram-se prenúncios de decomposição. Sempre que podiam, os soldados, que tinham por missão entredestruírem-se, matarem-se uns aos outros sem perguntarem porquê, contratemizavam; e é sabido que algumas dessas manifestações foram afogadas em sangue. Quando, assinado o armistício, o exército francês, reintegrado em Paris, ia desfilar garbosamente pelo Arco do Triunfo e se esperava que, aos acordes da Marselhesa, toda aquela multidão vibraria de aplausos aos bravos, dos peitos dos soldados irrompeu, unisonadamente altisonantemente, como uma república contra a Autoridade que os levava à carnificina, a «Madelon», essa canção alegre e plebeia com que, tantas vezes, nos momentos mais cruciantes da peleja, se tinham animado... e tinham afrontado a morte. E,

então, foi o delírio. Apoteoticamente, soldados e povo contratemizavam, num anseio de Bem Estar que pusesse termo a todas as lutas fratricidas.

Para a burguesia, a situação era de fracasso e quase de pânico. A revolução de Outubro na Rússia, vista a distância, era o facho para onde se viravam os povos ansiosos de sacudir o jugo milenário e sequiosos por viverem em regime de autêntica liberdade. Em Portugal também se viviam e sentiam esses acontecimentos: também as classes dominantes se confessavam ultrapassadas e dispostas a aceitar a fatalidade histórica.

Diziam-nos as agências noticiosas que, destronando o mais odioso regime de opróbrio e de despotismo, o povo russo se tinha dado uma nova estrutura social, constituindo-se, desde a mais longínqua «estepe» até às maiores urbes, em núcleos «soviets» de camponeses e de soldados. Que num descentralismo profícuo, esses núcleos, convergindo para os grandes concelhos de «soviets», até proviam à equitativa destruição da produção e do consumo.

Mas a história repetiu-se. Tal como na Revolução Francesa, não faltaram os mais espertos que, alardeando uma inteligência superior, impuseram as suas directivas. E a Revolução foi sopeada. O poder de base dos «soviets» foi reduzido até ao seu virtual desaparecimento e hoje o «soviet» é apenas uma designação simbólica.

As primeiras tentativas de reacção contra o desvio da Revolução foram selvaticamente afogadas em sangue. O esmagamento da revolta dos marinheiros de Cronstadt e o massacre dos camponeses macronistas, só porque, depois de combaterem e destruírem as tropas imperialistas comandadas por generais, como Wrangel, Peteliura, Yudenitch, Denikine e outros, não quiseram ingressar no Exército Vermelho e traír os seus camaradas, são de triste memória e ninguém, com honestidade, poderá alegar tratar-se de actos contra-revolucionários.

Hoje, a Rússia é, não o que se diz ou todos ansiávamos que fosse, mas o que é na realidade: um povo de muitos milhões de almas que, vindo de um regime arbitrário e inhumano em que o chicote era argumento vulgar, se viu — após um esforço colossal no sentido da Liberdade — enquadado noutra regime em que lhe é proibido pensar livremente e usar da palavra e do escrito como expressão do pensamento. Em suma, um regime em que, salvas as diferenciações de termos, uma boa análise nos dá semelhanças flagrantes com tantos outros regimes autoritários que ainda governam o Mundo.

Já numa das nossas conversas de tertúlia me referi ao que se passou com um operário belga, com quem convivi em Bruxelas, o camarada Lazarevitch. Filho de família russa, Lazarevitch, tipógrafo de profissão, com um

(Continua na página 7)

# ENVOLVENDO O P. C. PELA ESQUERDA

Coincidindo com o clima de obsessão do recenseamento eleitoral, e ensaiando a sua via eleitoral, o P. S. realizou o seu congresso praticando um estilo de Democracia que esteve totalmente ausente no Congresso do P. C.

Apresentou o secretário-geral um extenso relatório que foi discutido com os Estatutos, sofrendo debates e emendas. E se esse relatório é vasto, vale mais como documento histórico interno, porque não ousou trazer a debate os grandes problemas nacionais nem as linhas de orientação política assumidas num governo de coligação: Não ousou também trazer a debate a movimentação operária que se tem processado fora da acção sindical, mas também política, nem tomou a nível do Congresso uma posição sobre a gravidade de certa legislação do Governo Provisório, mormente a lei da greve e agora a funesta, destrambelhada e insólita lei sindical.

Embora afirmasse o que o P. C. omitiu, que como partido exerceria a crítica à política

governamental quando necessária, embora nele partilhasse, a afirmação grave simplesmente verbal. Todavia o Congresso parece ter ganho calor nos seus debates e na afirmação de seguir uma via socialista, embora inexpressiva nos seus fundamentos, afirmou a convicção de um processo revolucionário e livre, anti-ditatorial.

No obscuro processo político em curso, chamado de democratização, ainda que não se tivesse assegurado as bases essenciais das liberdades fundamentais nem as linhas de



A coisa ainda não está madura!

## ELEIÇÕES

Agora fala-se muito de eleições e tem larga publicidade um «slogan» «O voto arma do povo», e até se tornou obrigatório o recenseamento eleitoral, o que em democracia é muito discutível.

O voto não é exclusivo de eleições políticas; votar, portanto, não é sempre um acto a desempenhar no quadro das instituições políticas.

Votar é, fundamentalmente, formular para decisão a opinião das pessoas sobre um problema colectivo; a soma dos votos decide a escolha ou aprovação da ideia, do assunto que se propôs à discussão. Votar, num sindicato, em qualquer associação ou cooperativa, é também a escolha dos associados que não-de ser eleitos para gerir a vida da colectividade.

Nestes casos o voto é o processo democrático da opção, da decisão e da escolha que o associado exerce na vida associativa, pois sempre o pode exercer e até voltar a decidir outro modo sobre o que se decidiu ou a escolha que se fez.

Este é o voto exercido pela pessoa em democracia directa, pois pode revê-lo, e se escolheu pessoas para as eleger pode retirar-lhes esse mandato quando não correspondam aos interesses colectivos.

Votar em eleições será outra espécie de voto, é apenas uma sanção dada e condicionada.

Se se elegem deputados, na eleição a votação é apenas escolher entre os partidos e as pessoas que os partidos indicam. A amplitude do voto desaparece, porque lhe resta escolher entre os escolhidos pelos partidos, velho e caduco meio de exercício político que nos foi legado pelo liberalismo burguês. Votando em candidatos políticos a sua missão cessou. Se no sindicato ou na cooperativa continua a exercer o poder de crítica ou de interromper o mandato de quem escolheu, o deputado foge-lhe imediatamente ao seu voto, ao seu poder deliberativo.

Se o deputado é eleito pelos eleitores, depois ele procede em obediência ao partido, por disciplina interna, e já não volta a dar contas das suas decisões aos eleitores.

Há diferença entre o voto directo exercido pelo cidadão nas suas colectividades e o voto-assinatura de cheque em branco, que elege o deputado sobre o qual não volta a ter qualquer poder de crítica ou alteração.

uma política concreta, a posição do P. S. parece ser, pelo menos, a que recusa o continuado mito da ditadura, do estatístico excitado, da política de dogmas condensados em verdades absolutas e incontestáveis.

Porém, a aglutinação partidária mantida pelas circunstâncias e por uma necessidade de alcançar uma posição de esquerda, aguentou-se mas não é sólida quanto pretende ser.

Afirmando-se um partido marxista nele estende-se nítidas posições de carácter social-democrata, e naturalmente procurando manter, como pretende ser, um partido de governo, portanto eleitoralista, há-de contemporizar o seu programa de socialismo com as altimâncias de posições que atraíam outros sectores para além dos sectores dos trabalhadores.

Mal ou bem o P. S. segue a trajectória de todos os partidos socialistas, e sentindo o destino que vem de longe, procurou distinguir-se nitidamente da aventura política do P. C. nas claras afirmações de Mário Soares. Nisso terá sido mais inteligente e objectivo, mas ao cabo do exercício do poder vem sempre a quebra da autenticidade. O seu sucesso estará na procura afanosa do P. C. na conservação da sua posição governamentalista.

O P. S. aprontou-se com certo jeito para a maratona eleitoral.

Ocorre-nos uma reflexão final. Porque terá vindo assistir ao Congresso do P. S. Santiago Carrilho, e faltou ao do P. C.? Ele terá dado a explicação: Carrilho confia num 25 de Abril em Espanha, e nas suas afanosas preparações de coligações governamentais, Carrilho pretende levar assim um certificado de moderado para acreditar-se na direita espanhola.

## COISAS QUE A GENTE LÊ...

Estou em crer que uma das causas do nosso atraso na evolução, lenta mas constante, das sociedades, reside na contradição existente entre o que «afirmamos» ser e o que na realidade «somos». A incoerência é um defeito atávico com raízes fundas na psicologia do nosso povo, difícil sendo descortinar outro que tão bastas provas dê dessa anomalia, a que ousou chamar «incapacidade mental».

Assim, os tradicionalistas, inimigos inveterados de toda a espécie de evolução, quer ela se opere nas ideias ou nos costumes, vestem quase todos pelo último figurino, volteiam nos salões danças ultramodernistas e delectam-se a ouvir novíssimas composições musicais cujos ritmos considerariam extravagantes há uns bons anos atrás e hoje se lhes afiguram ser a mais genuína expressão musical de todos os tempos. Os monárquicos que se apelidam de constitucionais foram os mais ardentes defensores de várias ditaduras republicanas, de onde logicamente se infere que a sua discordância com qualquer outra foi motivada por tudo menos por uma questão de princípios.

O Partido Democrático, enquanto no poder, fez obra antidemocrática por sistema; do Partido Evolucionista nada se conhece que lhe servisse para justificar o título; e o Partido Unionista, ao formar-se, implicitamente agravou a desunião dos republicanos, numa altura em que já tudo estava desunido...

Há criaturas que defendem acerrimamente a justiça oficial (não confundir com a social, que é diferente), mas se revoltam quando têm a desventura de ela lhes bater à porta. E de certos camaradas sei eu que apostalizam o princípio da autoridade, considerando-a mesmo imprescindível, mas não se cobrem de criticar o chefe da oficina onde trabalham, lamentando que ele, sendo bom «compincha» fora da oficina, dentro dela tenha o defeito de ser um pouco autoritário...

E a insensatez continua: homens que se afirmam espíritos livres não

têm dúvida em sustentar as suas opiniões à margem do livre exame, afirmando-se a critérios preconcebidos com a mesma pertinácia com que a lapa se agarra à rocha; outros dizem-se pioneiros de uma causa generosa, o que os não impede de apreciar qualquer questão à face do critério mais odioso, o que logo exclua o mais leve propósito de generosidade; outros, ainda, berram contra os dogmas, anatematizam a ignorância, ardem em cólera contra as superstições, mas não se inibem de uma ou outra vez irém à missa da igreja, que é a coisa mais dogmática, mais supersticiosa e fomentadora da ignorância que neste Mundo existe.

Pois, camaradas: num papel que há dias me entregaram à saída do Metropolitan — um dos inúmeros papéis que para aí se distribuem com profusão e que, dizendo muito, afinal não dizem nada, visto o disco quase sempre ser o mesmo, com uma ou outra variação do fado corrido em vários tons — li, com naturalidade, o seguinte período, que me recordou um outro, do mesmo teor, que há uns quarenta anos tive a grata satisfação de ler no catolicíssimo jornal «A Voz», o qual rezava assim: «Nenhum bom católico pode ser ao mesmo tempo verdadeiro socialista». E li com naturalidade porque, sobre tal assunto, tenho precisamente a mesma opinião. Socialistas conheço, porém, que sustentam doutrina oposta, afirmando que o ideal político ou filosófico de cada um nada tem que ver com o seu credo religioso. Este critério, por absurdo, será cómodo para quem pretende conciliar ideias ou princípios divergentes, mas torna-se anacrónico num socialista convicto.

O catolicismo não tende a outro fim que não seja incutir nos povos a crença num ente superior, a falsa noção de que tudo que se produz no espaço e no tempo é de origem divina e inacessível à compreensão dos simples mortais, de nada valendo a

vontade e a inteligência do género humano perante a sabedoria infinita de Deus. Se o sistema social que nos rege está montado defeituosamente, originando a riqueza de alguns à custa da miséria do maior número, a resignação e a fé no Senhor nunca nos deve desacompanhar, dado esta vida ser efémera e no outro mundo encontrar-se a recompensa para os mal afortunados. Quer reorganizar a actual sociedade, dar-lhe uma estrutura assente em princípios mais justos e mais humanos, é uma heresia que o catolicismo repele, por atentatória do poder divino, por zombar daquele que é mais do que soberano, porque é omnipotente, e que lá dos altos céus, onde se encontra, tudo sabe, tudo vê e tudo diz — como o almanaque «Borda d'Água».

Ora, o socialismo é um sistema filosófico que assenta em princípios racionais; o catolicismo apoia-se no dogma, ou seja, no absurdo. São, portanto, inconciliáveis. O resto não passa de bizantinismos de sacristia, que o bom senso repele e nenhuma dialéctica justifica.

Para os socialistas — e nesta designação englobo todos: sociais democratas, comunistas e anarquistas — nada existe depois da morte, a não ser a transformação continua e incessante da matéria. E neste Mundo que devemos «viver» a vida, esforçando-nos por abandonar esta existência vegetativa que nos vexa, degrada e corrompe o ser humano. Nada de renúncias, de crenças em poderes sobrenaturais. Lutar, lutar sempre para tornar a vida mais atraente — eis o fim a que tende o verdadeiro socialismo. E por isso agradeço-me referir naquele papel o que já há uns quarenta anos lera no jornal «A Voz». E agora, como então, não compreendo como é que o sr. Lino Neto pensou organizar, há perto de cinquenta anos, um Partido Socialista Católico. E que eu, embora o meu ideal tenha por base o socialismo, com o catolicismo não quero nada, graças a Deus...

Gonçalves Pizarra

## TODOS QUEREM A UNIDADE MAS NÃO A CONSEGUEM

O jornal «A Verdade» propõe a criação de um Partido de Unidade Popular, para operários, camponeses, soldados, marinheiros, juventude e todos os explorados e oprimidos, e para tanto propõe o partido a todas as organizações revolucionárias.

No seu manifesto são objectivos na desmistificação do processo eleitoral, do seu mecanismo de filtrar partidos constitucionais interessados na conservação da ordem burguesa e capitalista por uma constituição política a votar em coligação de interesses, mas finalmente pretendem forçar as portas do sistema eleitoral obtendo também as 5000 assinaturas que lhes permita propor candidatos.

Se a sua crítica eleitoral é exacta, parece-nos contraditório quererem incorrer nele, ainda que digam que vão lá defender os mais extremos objectivos revolucionários. Se como dizem, e bem, «a vida eleitoral e pacífica para o socialismo é um logro», o que os move a quererem partilhar do logro?

Dizem no seu manifesto: «A fim de conquistarem a verdadeira finalidade e a verdadeira democracia no interesse dos trabalhadores, dos operários e camponeses — diz Lênine — é preciso começar por tirar ao Capital a faculdade de alugar escritórios, corromper e comprar jornais e casas de edições, e esmagar a sua resistência. (Democracia Burguesa e Ditadura do Proletariado).

[...] Dizem depois: «Verdadeira liberdade ou igualdade, para os pobres naturalmente só haverá no regime edificado pelas forças revolucionárias, no qual nada impedirá todos os trabalhadores de possuir e utilizar, em toda a igualdade, as imprensas e o papel do Estado.

Se pode haver sinceridade nos desejos dos homens do P. U. P. é ingénuo supor que as imprensas e o papel, passando da posse do Capital (a posse dos homens detentores do Capital) para a posse do Estado (a posse dos políticos que detêm o Estado), se torna livre para os trabalhadores. E devem saber que os trabalhadores, como classe, nunca conseguiram dominar o Estado; este tem sido dominado por elites burguesas ou em nome simbólico dos trabalhadores.

A sua plataforma, embora vinçada por uma terminologia rebarbativa, não excede o quadro das soluções reformistas de todos os partidos de cariz marxista.

## O saneamento da vida pública em Portalegre

Com pedido de publicação, recebemos o seguinte comunicado do Secretariado da Secção do Partido Socialista de Portalegre:

Tem esta secção conhecimento de que, à semelhança do que já se fez noutros pontos do País, se pretende — também aqui — entrar o processo de saneamento em curso de indivíduos afectos ao regime e, consequentemente, entrar a democratização de Portugal, a qual só será viável através de um verdadeiro e profundo saneamento da vida pública.

Esta situação passa-se a nível de entidades superiores da Delegação de Saúde local (as quais entidades, a procederem assim, também deveriam ser passíveis de saneamento) que elaboraram um abaixo-assinado a apoiar a recondução no cargo de director-geral de Saúde do dr. Arnaldo Sampaio.

Assim, e atendendo a uma actualização de chefia, os promotores do abaixo-assinado vão angariando assinaturas através de pressões sobre os trabalhadores daquele organismo, que têm aderido pelo receio de virem a sofrer represálias.

O Partido Socialista denuncia tais atitudes atentatórias das liberdades dos cidadãos e da implantação da Democracia e alerta os trabalhadores para as manobras reaccionárias das referidas entidades antidemocráticas, na certeza de que a Liberdade, a Paz e o Progresso são uma conquista permanente de todos os que visam o ideal democrático.

O Partido Socialista de Portalegre aproveita a oportunidade para manifestar ao Governo Provisório a sua crescente preocupação pela demora no saneamento de entidades ligadas ao regime derrubado e que continuam a ocupar os seus lugares.

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

The Industrial Unionist n.º 2 — Revista doutrinária da IWW de Chicago — Trabalhadores Industriais do Mundo.

O Jovem Trabalhador n.º 8 — Órgão do Movimento de Juventude Trabalhadora.

Industrial Worker — Órgão da IWW — de Chicago.

Diário de Luanda — Notícia do reaparecimento de «A Batalha» e define a sua história e posição revolucionária.

Diário de Moçambique — Beira — Transcreve parte do nosso editorial do 4.º número.

A Revolução — Porta-voz do Partido Revolucionário — Desenvolve uma activa crítica às actuais circunstâncias políticas.

Boletim do Sindicato dos Profissionais de Cinema — N.º 1 — Trata problemas de carácter profissional e analisa as condições monopolistas da actividade cinematográfica.

AIT — Porta-voz da Associação Internacional dos Trabalhadores — Contém informações sobre o movimento das centrais aderentes.

A BATALHA

# NA LINHA DE FOGO

## ANARQUIA E A ... DESORDEM CARAMBA QUE É DEMAIS!

«Liberdade não é licença, nem pode ser confundida com a anarquia irresponsável» declaração do Ex.<sup>mo</sup> sr. dr. Mário Soares, no Congresso do Partido, em que é sumo pontífice. Pois custa a acreditar, mas é assim mesmo, sem tirar nem pôr, o sr. dr. também faz confusões lamentáveis, e foi ele professor em Vincennes!

Concebe-se que confusões entre anarquia e desordem sejam cometidas pelo sr. general António de Spínola ou pelo sr. brigadeiro Vasco Gonçalves, concebe-se dizíamos, pois mais embrenhados na leitura de tratados militares e no Clausewitz, não tenham tempo para sociologias, mas o sr. professor em Vincennes, caramba é demais...!

## O REFORMISMO A PRESSÃO.....

Na véspera do Congresso do Partido Socialista, um grupo de personalidades, muitas personalidades há neste mundo, propõe um programa muito «revolucionário» para fazer a felicidade do povo, muita boa gente se preocupa com a felicidade do povo!

Programa «revolucionário»

que se traduz por: criação de uma Companhia de Empreitadas de Obras Públicas, um Instituto de Impostos Taxas e Tarifas, Pensões de Reformas, etc., etc. Decididamente, a nostalgia da Social Democracia não é palavra vã no seio do Partido Socialista.

## SOCIEDADE AUTOCRÁTICA, SOCIEDADE DEMOCRÁTICA... SOCIEDADE LIBERTÁRIA

Dum discurso do brigadeiro Vasco Gonçalves «A gente gere uma sociedade de uma maneira autocrática, quando não houve os colaboradores, quando está convencido de que tem em si toda a ciência, quando quase não houve os colaboradores, ou os houve muito pouco. Então toma decisões e procura impô-las, servindo-se do seu posto hierárquico..... Há outra maneira, a democrática, de gerir as sociedades civis e militares. Consiste em ouvir os colaboradores, os Estados Maiores e aqueles que estão mais directamente interessados nos assuntos...»

Para nós, anarco sindicalista ou socialista libertários, se o primeiro tipo de sociedade é altamente repugnante, pelo que significa de destruição da personalidade humana, a segunda

também não nos interessa, pois no fundo tem em potencial todos os defeitos da anterior, embora muitas vezes bem disfarçados.

Preferimos uma sociedade, sem Estados Maiores, sem homens que decidam e outros que obedeçam, mesmo que sejam «consultados». Desejamos antes uma sociedade baseada na igualdade completa dos homens, na cooperação, na comunhão dos bens, onde o Estado, seja substituído pela Associação.

## CARTA DE ESPANHA

# A GRANDE OFENSIVA

Nas vésperas da morte natural de Francisco Franco, morto politicamente desde meados de Julho passado, a Espanha treme, sacudida por um vigoroso movimento operário que, recomposto dos horrores da guerra e feito já da sua ignominiosa existência, decide fazer-se ouvir e gritar os seus anseios de liberdade e de luta.

Nas fábricas e no campo, a situação radicaliza-se: grandes greves desencadeiam-se em Pamplona, Bilbao, Madrid, Valladolid, Barcelona, Saragoça, Sevilha e noutros pontos, greves e ocupações de fábricas, manifestações operárias com os consequentes enfrentamentos com os guardiões da ordem estabelecida (como os ocorridos em 25 de Outubro em Bilbao na qual foram feridos pelas balas 5 operários) demonstram a capacidade e a decisão de luta do proletariado espanhol.

Lutas proletárias que descobrem novos horizontes ao operário espanhol que sofre há 35 anos na sua carne, do mais triste obscurantismo cultural e de mais encarnizada opressão, em nome de Deus e da Pátria e dos princípios do 18 de Julho de 1936.

Foi a 18 de Julho de 1936 que o exército de Franco se subleou contra a situação que reinava em Espanha, situação que fazia perigar a sua autoridade e os seus privilégios, os dos latifundiários andaluzes, os dos banqueiros, os da igreja, e os dos grandes industriais, que viam as suas fábricas e as suas empresas socializadas e os seus grandes latifúndios colectivizados, na Catalunha, em Aragão e Andaluzia. Havia que travar os progressos das organizações operárias que se apoderavam do que era seu. O indeciso governo republicano não controlava a situação que por momentos passou para as mãos das grandes centrais operárias: a Confederação Nacional do Trabalho (C.N.T.), anarquista, apolítica e revolucionária, com mais de dois milhões de sindicalizados, dominando em toda

a Catalunha, Baixo Aragão, Valência e Andaluzia, e a União Geral de Trabalhadores (U.G.T.) central sindical socialista, menor em número, influência, e capacidade revolucionária.

O povo espanhol sucumbiu depois de três anos de dura luta contra o exército de Franco que ajudado pelos nazis e fascistas italianos, ainda aproveitou o enfrentamento que a existência de grupos políticos dogmáticos e autoritários semearam entre o proletariado e o povo espanhol. Assim vemos em Julho de 1937 os crimes e massacres contra-revolucionários das Juventudes Libertárias e do POUM em Barcelona cometidas pelo minoritário Partido Comunista, seguindo a política estalinista de apoio ao governo republicano.

Trinta e cinco anos de morticínios e clausuras! Trinta e cinco anos de amarga derrota! Agora as lutas operárias, mantidas em esporádicas manifestações insurreccionais e greves, voltam à perspectiva de serem legalizadas.

Agora a realidade é bem distinta da de há 35 anos, dos grandes sindicatos operários: o revolucionário (CNT) e o político (UGT) apenas têm alguns milhares de velhos militantes no exílio e no interior.

É o Partido Comunista de Espanha o que sempre desde a guerra faz a oposição ao governo de Franco com uma política de mártires e de dinheiro até 1963 e uma política de colaboração desde essa data até hoje. Várias organizações minoritárias, logicamente estudentis (maoístas de várias espécies, estalinistas e trotskistas) pululam nas universidades e nas cidades, enfrentando-se entre si e pretendendo todos eles ser a única vanguarda do proletariado.

É agora que o Partido Comunista decide lançar a sua grande ofensiva (sabia-se da sua preparação para Outubro) contra o já moribundo regime franquista. O seu pacto «para a liberdade» já está maduro, a burguesia espanhola está de acordo e emprega-

se nela a fundo com todo o seu potencial material e humano arrastando as organizações à sua esquerda. A Espanha necessita de uma continuidade democrática, nisso estão todos de acordo todos os que temem a acção directa e revolucionária dos trabalhadores; os partidos políticos preparam portanto, as suas soluções, arranjam as suas fileiras e discutem, democraticamente, ministérios e cargos ditatoriais.

Somente o proletariado e o povo caíam, caíam porque não sabem dizer mais do que liberdade, e senti-la; mas até isto é aproveitado pelos partidos, na sua ânsia de conquistarem o poder político.

Nos, anarquistas espanhóis, denunciaremos de novo a organização sindical autónoma do proletariado contra o manejo e a direcção alienante dos grupos políticos; a acção directa e revolucionária do proletariado sem intermediários contra a acção burocrático-política de todos os partidos.

Todos lutaremos, como temos feito até agora na clandestinidade, contra as ditaduras e a opressão, contra a autoridade e o Estado, pela liberdade e a anarquia.

# Homenagem a Santos Arranha

(Continuação da página 5)

entusiasmo natural, conseguiu deslocar-se a Moscovo, afim de poder ver e estudar a transformação operada na pátria dos seus pais.

Uma vez chegado, correu a inscrever-se no sindicato da sua especialidade. Pouco tempo depois, assistindo a uma assembleia do seu sindicato, verificando que tudo ali se passava em obediência às directrizes do Partido Comunista, pediu a palavra para advogar a independência sindical. Pois, não só a palavra lhe foi negada como foi prevenido de que só poderiam falar os oradores previamente escolhidos para tratar assuntos também previamente indicados pela direcção nomeada pelas entidades oficiais. Lazarevitch protestou em nome da Liberdade, o que lhe valeu ser preso e, durante quatro anos, andar de prisão em prisão, só tendo podido sair em liberdade — e da Rússia — por ser belga e graças a intervenção da autoridade consular.

Quer dizer: lá como cá, não existe a liberdade individual de expressão de pensamento, nem liberdade de as-

sociação. Existe sim, e só, o partido único e à cabeça deste um chefe e seus satélites, que subordinam a vida de todos os homens.

Terminarei hoje por lhes descrever um dos muitos episódios da minha vida, inesquecível e muito a propósito:

Estando na Bélgica, quis um dia assistir em Bruxelas a uma conferência realizada no Sindicato da Construção Civil, onde eu estava filiado pelo grande chefe socialista Emile Vandervelde. A porta do edifício, a que chamavam «Casa do Povo», estavam postados dois rapazolas envergando uma espécie de tarda e de boina à espanhola, armados de mocas, que não deixavam entrar ninguém sem se deixar revistar. Chamavam a esses rapazolas a jovem guarda socialista. Escusado será dizer que desisti de assistir à tal conferência, como nunca mais assisti a qualquer assembleia sindical, onde, tal como na Rússia e como em Portugal também não falava quem queria nem sobre o que entendesse.

E, como o fruto proibido é o mais apetecido, senti-me e sinto-me ainda mais e sempre mais libertário!

# EFEMÉRIDES DAS LUTAS SOCIAIS

1/1962 — É dado conhecimento público de que, na noite anterior, tinha sido efectuado um assalto ao quartel de Beja, chefiado pelo então capitão Varela Gomes e pelo dirigente católico Manuel Serra. Verificou-se no combate a morte do secretário de Estado do Exército, Jaime da Fonseca, que comparecera no quartel. Alguns dos assaltantes ficaram gravemente feridos. Embora a revolta se gorasse, o sacrifício dos revolucionários não foi em vão, o fascismo português recebera mais um golpe.

2/1790 — Um pobre dono de uma pensão funda em Paris a «primeira sociedade fraternal dos dois sexos». Foi o início do aparecimento da grande número de sociedades populares revolucionárias e que tiveram tanta importância na Revolução Francesa. Outras sociedades surgiram nos meses seguintes: os Franciscanos, os Irregulares, os Jacobinos, etc.

3/1972 — Frente à tentativa do Governo fascista de Marcelo Caetano, de esmagar o movimento cooperativo português, a Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto propõe à UNICOPE que contacte urgentemente com a Aliança Cooperativa Internacional, expondo-lhe o grave atentado de que é vítima toda a vida cooperativa em Portugal, por via do Decreto-Lei n.º 520/71.

4/1967 — Em plena chamada Revolução Cultural, os maoístas tomam conta dos órgãos da Informação de Xangai. A luta foi extremamente complicada. A nível municipal formaram-se pelo menos 700 diferentes organizações de massas de várias tendências.

O Comité Central do Partido Comunista estava a ser ultrapassado.

5/1959 — Manuel Urrutia assume as funções de presidente do Governo provisório cubano em Havana, onde esperará até ao dia 8 para ver chegar Fidel de Castro, que é aclamado. O Partido Comunista desconfia ainda nessa altura do chefe guerrilheiro. Mais uma revolução viria a seguir o caminho de tantas. Todo o processo se passará a desenvolver à sombra do nome de um homem.

6/1891 — Termina o congresso anarquista italiano, que dá origem à Federação Italiana Socialista-Anarquista, cujos objectivos seriam «a organização, em comum, da produção e do consumo por meio de pactos livremente aceites entre os trabalhadores associados e a federação livre das suas associações». O socialismo libertário começava a definir-se.

7/1936 — São dissolvidas as Cortes em Espanha, novas eleições se irão realizar em Fevereiro. O povo espanhol aproxima-se da hora da verdade. A competição eleitoral atinge grande intensidade. Gil Robles é o chefe das Direitas, grandes cartazes nas cidades mais importantes de Espanha pedem todo o governo para ele. As forças fascistas consolidam-se.

8/1914 — A revista belga socialista «La Semaine Politique» publica um relatório do Partido Socialista Português, e refere-se «com entusiasmo» à vitória eleitoral socialista por ocasião das eleições para as Constituintes de 1911. A história repetir-se-á? Assim o pensa o sr. dr. Mário Soares.

9/1926 — Em artigo publicado sobre a questão colonial, a «Seara Nova» entende que a finalidade ideal da nação, maior e profunda razão da sua independência, se liga indissolavelmente à missão colonizante e, por consequência, à posse dos seus domínios no ultramar. Destarte, qualquer perigo que impedia seriamente sobre as colónias portuguesas conturba e ameaça a vida de Portugal, no jogo íntimo das suas energias e aspirações essenciais. Esta era a prosa daqueles que ao tempo se considerava, e com razão, a elite intelectual portuguesa.

No entanto, os trabalhadores da Confederação Geral do Trabalho (anarco-sindicalista), no seu congresso, em Santarém, em Setembro de 1925, numa intervenção condenando o colonialismo, diziam a certa altura «O congresso afirma que para o proletariado emancipado não existem diferenças de raça nem limites de fronteiras, e dentro deste espírito sente-se solidário pelas injustiças que em África são barbaramente impostas pelo capitalismo...»

10/1874 — O governo espanhol publica um decreto proibindo o funcionamento das Seccões espanholas da Internacional dos Trabalhadores e ordenando uma rigorosa perseguição aos seus membros.

11/1890 — O ultimato da Inglaterra a Portugal, por questões coloniais, levanta celeuma e indignação em todo o país — Imprensa, comícios e manifestações. O próprio Antero de Quental «embarca» neste conflito entre uma potência imperialista e colo-

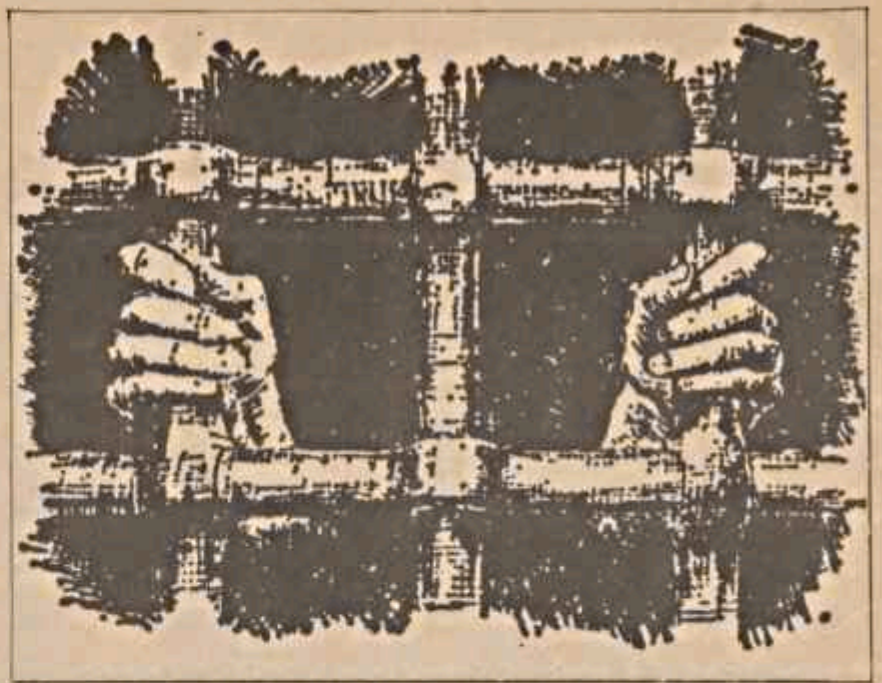
nia que se afirma e um pobre povo embragado com as suas conquistas guerreiras passadas. Dos povos colonizados e escravizados, nem o próprio Antero se terá lembrado!

12/1968 — Termina em Moscovo o julgamento e condenação de quatro intelectuais russos. Este julgamento e outros que se realizaram em 1966/69 constituem uma tentativa desesperada do Estado russo, para impedir que tomasse corpo uma oposição anti-stalinista e anti-burocrática que cada vez mais se manifesta entre o povo russo.

13/1912 — As classes trabalhadoras de Évora declaram-se em greve de solidariedade com os trabalhadores rurais, também em greve e que estavam a ser vítimas das maiores violências.

14/1850 — O tribunal de Saxónia condena à morte o revolucionário anarquista russo Miguel Bakunine, um dos organizadores da Primeira Internacional. Bakunine, ao ter conhecimento da sentença, apenas disse «Na história a única coisa que decide é o êxito. Se eu tivesse conseguido levar à prática os meus planos, ter-me-iam por um grande homem; mas vencido, condenam-me à morte.»

15/1793 — Data histórica na Revolução Francesa. Por 683 votos a favor, é condenado à morte, pela Convenção, Luís XVI. Não obstante, outros aspectos há numa Revolução que são muitas vezes esquecidos ou solismados por condenações à morte!



## FILIGRANAS

Nesse tempo reinava D. Martelo, quando D. Mastim devorava os cartapácios da dialéctica e de súbito teve uma televisão. Pôs o elmo a ornamentar um sorriso cândido, empunhou a sua esferográfica e arremeteu contra Ramíros, Agostinhos e outros moínhos, metendo por um crítico canal.

O cavaleiro da triste figura brilhou. Batia em lorpas presunçosos.

D. Martelo abalou do reino, por esmola, a resmungar contra os chaimites. Era a grande alvorada de D. Mastim.

Aquela maravilhosa esferográfica que esmagara Ramíros e Agostinhos tornara-se uma batura, regulando o maravilhoso solo de trombeta, calando os outros instrumentos, e como um novo D. Martelo censura, louva, castiga, despede, bate nos servos, louva os amigos, e antes de tomar as refeições, de se deitar ou de urinar, volta-se para Meça, ajoelha e apoia humildemente aquela rutilante cabeça, que regula agora as leis do equilíbrio, da gravidade e da sabedoria escolástico-dialéctica, no humilde chão pisado pelos mortais pondo o pensamento no Divino Mestre.

D. Mastim penetrou nos mistérios da sabedoria e, caminhando pelo crítico canal, legisla e pontifica.

Tu, pecador, que só sabes trabalhar, escuta a doutrina de D. Mastim, segue silencioso pelo crítico canal e encontrarás a felicidade no sorriso cândido que está ao cimo do canal, e em medalhão!



Rosa Luxemburgo

JANEIRO DE 1919

## A INSURREIÇÃO ESPARTAQUISTA EM BERLIM

Durante anos socialistas de várias escolas e países julgaram possível evitar a guerra através duma acção concertada dos trabalhadores. A II Internacional adoptou, ao cabo de muitas pressões, a greve geral como última arma dos trabalhadores na prevenção dum conflito armado. A guerra de 1914 rebentou porém, sem que a classe operária esboçasse qualquer resistência significativa. Na Alemanha o partido social-democrata votou os créditos militares igual colaboração se

verificando por parte dos socialistas das outras nações beligerantes. A colaboração foi até à participação em governos de «união sagrada».

Na Alemanha a oposição à guerra cresceu lentamente e, depois da Conferência de Zimmerwald, a minoria anti-belicista foi expulsa do partido constituindo-se em partido social-democrata independente (Abril de 1917). Neste ombreavam pacifistas e revolucionários, conservando os últimos uma organização autónoma sob a direcção de K. Libknecht e Rosa Luxemburgo: a Liga espartaquista. Nas empresas surgiram também minorias sindicais anti-belicistas: os «delegados revolucionários».

A acção destes grupos vai somar-se ao descontentamento provocado pelas privações e sofrimentos da guerra e ao exemplo das revoluções russas de Fevereiro e Outubro provocando actos de indisciplina militar e greves, das quais as de Janeiro de 1918 afectam cerca de 1 000 000 de operários. Os reveses militares do Verão de 1918 vão precipitar a entrada dos socialistas no governo, a revolta dos marinheiros de Kiel, o aparecimento de conselhos de soldados e operários, a abdicação do Kaiser e o Armistício no decurso de poucas semanas. Forma-se um Conselho de Comissários do Povo integrado por 3 socialistas maioritários e 3 independentes mas a luta entre os que pretendem deter a revolução no estádio duma democracia parlamentar ocidental e os que pretendem instituir uma república de conselhos, de cariz bolchevista, vai prosseguir dentro e, sobretudo, fora do Gabinete. A esquerda, animada principalmente pelos espartaquistas, vai promover acções de massas, manifestações de rua,

resistência armada ocasional às forças da «ordem». A direita vai pedir a colaboração da burguesia e do exército, formando corpos francos com oficiais e sargentos do quadro e com militares que, não tendo perspectivas de emprego, tentam evitar a desmobilização. A demissão dos socialistas independentes do Governo deixa as mãos livres aos maioritários. A demissão do prefeito da polícia de Berlim, socialista de esquerda, provoca a insurreição espartaquista em 4 de Janeiro de 1919. Os revolucionários ocupam as redacções dos jornais de direita, edifícios e pontos estratégicos importantes. Há combates de rua que se agravam com a entrada em Berlim dos corpos francos de Noske. Ao fim de uma semana de luta a rebelião é esmagada. Depois dos combates de rua vêm as prisões de centenas de espartaquistas, os espancamentos, torturas e fuzilamentos. Libknecht e Rosa Luxemburgo são detidos e assassinados no decurso duma operação de transporte pelos homens de Noske, em 15 de Janeiro. O corpo de Rosa, lançado a um canal, só será encontrado em 31 de Maio. Na véspera da sua morte escreveu, com toda a amargura da derrota, o seu último artigo: A ordem reina em Berlim!

## O ABSOLUTISMO BUROCRÁTICO NOS PAÍSES DE LESTE

Assinado por um importante grupo de intelectuais de várias nacionalidades, foi divulgado o seguinte apelo contra o absolutismo burocrático nos países do Leste:

«Os signatários deste apelo lutam desde há muitos anos contra o imperialismo, a sua política e os seus crimes. Da luta dos povos contra o fascismo durante a segunda guerra mundial até aos combates empreendidos contra a guerra da Argélia, da primeira da Indochina até à agressão americana no Vietname, no Cambodja e no Laos, é a sociedade capitalista na qual vivemos que é posta em causa, nos seus monstruosos desvios e nas suas actividades normais. Que esta luta é mais do que necessária, tornou-se tragicamente evidente com o exemplo do Chile.

Mas outro tipo de opressão existe. Iguais vozes vêm dos países que se reclamam de socialistas, e, singularmente, da União Soviética, que denunciam que por lá estão ausentes as liberdades elementares, e é manifesto o amordaçamento policial da vida cultural, o internamento dos opositoristas nos asilos psiquiátricos e nos campos de trabalho forçado. Os princípios proclamados, tanto na Constituição soviética de 1936 como na Declaração Universal dos Direitos do Homem, ratificados pelos países apelidados de socialistas, tornaram-se letra morta pelo partido comunista. Quando os checoslovacos quiseram aplicá-los, respondeu-lhes com a invasão e a «normalização». O Rude Pravo recentemente ousou comparar os homens da primavera de Praga aos carrascos do povo chileno.

Muito pelo contrário, o estalinismo, as suas sequelas, as suas recaídas e o absolutismo burocrático são as principais causas que entravam o alargamento da luta contra o imperialismo e o capitalismo. Eles exigem toda a credibilidade dos homens que se dizem socialistas e revolucionários, mas acei-

tam os processos sofismados, testemunhas torturadas na sombra, homens livres humilhados.

Nunca sobrestimámos o papel da violência na história, mas denunciámos a mistificação que consiste em apresentar a opressão do poder democrático e socialista das massas.

Pensamos que os problemas postos por esta situação referem-se directamente a todos aqueles que nos países capitalistas ou nos que se proclamam socialistas lutam de facto pelo mesmo projecto de Sociedade emancipada. Apelamos desde já para a reunião de uma conferência internacional para o estudo destes problemas e das medidas a tomar visando uma acção internacional.»

Assinam este apelo: Henri Alekan, Marie-Claude Besson-Leroy, Lucien Blanch, Alain

Bussard, Jeanne Brunshwig, Claude Cardat, Jean Cassou, François Charbonnier, Pierre Corcos, Pierre Dair, Serge Depaquit, Jean Marie Domenach, pastor André Dumas, René Dumont, Victor Fay, Pierre Fougryrollas, Pierre Geroges, Daniel Guerin, Jean Grobla, Jacques Harrel, Jacques Guilhard, Marias Jolas, Maurice Kriegel-Varbrimont, Jean Lacoste, Gilles Lapouge, Victor Leduc, Luchel Leiris, Herbert Markovitch, Gilbert Marquis, Léo Matarrasso, Jean-Paul Mathieu, Robert Mension, Alexandre Minkowski, Edgar Morin, Maurice Nadeau, Jean Negroni, Jacques Panijel, Roger Pannequin, Michel Raptis, Olivier Revault d'Allones, Marimer Rodinson, Claude Roy, Laurent Schwartr, Paul Thibault, Germamé Fitton, Jean Pierre Vermant e Pierre Vidal-Naquet.



O povo em armas nas ruas de Berlim

## EDITORIAL

Os aumentos de preços de mercadoria e serviços verificam-se a um ritmo cada vez mais intenso; uns sobem na via da liberdade do mercado, outros mesmo por disposições legais, como sempre aparecendo do alto e por via de decretos, o que equivale à sua legalização, e para acautelarem interesses que em muitos casos importaria analisar, tal como o caso dos transportes públicos ou da Carris, que em tão pouco tempo beneficiou de alguns aumentos de tarifas, sempre para corresponder a «situações deficitárias.»

E quando sobem os preços aumenta o desemprego e com este aumento a probabilidade da degradação dos salários e das condições económicas da classe trabalhadora.

Resta saber se estas perspectivas correspondem ao tão falado processo de democratização. Do mesmo modo se pode perguntar se ao mesmo processo correspondem as soluções efémeras de legislação que na pretensão de atender a graves problema nacionais suscitam reacções subterrâneas e declaradamente ofensivas que agravam ainda mais os problemas. Exemplifica este caso a legislação sobre as rendas de casa, que fez desaparecer do mercado a hipótese de se alugar uma habitação sem ser com elevados trespasses e rendas não declaradas na totalidade do seu verdadeiro preço.

Os efémeros aumentos de salários, afinal tão contestados por se considerarem em prejuízo da «economia nacional» — argumento invocado sempre em qualquer regime político — já foram inteiramente devorados nas

subidas sucessivas de preços. Se na verdade a solução não está na subida de salários atrás dos preços, também é evidente que a subida dos preços sem a subida dos salários conduz a iguais condições de catástrofe.

O aumento do desemprego, a incontrollada ou autorizada subida dos preços e a consequente e inevitável queda dos salários não coincidem nem garantem um apregoado processo de democratização, do qual os trabalhadores estão a ser totalmente afastados porque não podem dominar os evidentes processos de ofensiva de preços, do desemprego ou do falado desenvolvimento económico.

Ao mesmo tempo os trabalhadores não dispõem dum sindicalismo desalienado e em desenvolvimento pelo qual possam opor-se à sua degradação económica pela ofensiva das classes possidentes nem afirmarem-se numa acção económica e política sua.

Em nome dessa democratização os seus sindicatos estão a ser influenciados por interesses exteriores; os trabalhadores vêem-se envolvidos em conflitos sindicais que os dividem para que uma arregimentação se faça, obediente a fins meramente políticos e eleitorais. Ao mesmo tempo irá ser legislada uma lei sindical absurda, que encadeará os sindicatos e que facultará a um novo tipo de funcionalismo sindical o inteiro governo dos sindicatos aos fins políticos que até poderão ser diversos.

Onde ficará o tal processo de democratização?

# A BATALHA

AVENÇA